

A EDUCAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO AO SUCATEAMENTO DO ENSINO

Rafaela Paula Santana Armelin (PIBIC/CNPq/FA/UEM), Verônica Regina Müller (Orientadora), e-mail: ra106933@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências da Saúde/Maringá, PR.

Ciências da Saúde: Educação Física

Palavras-chave: educação social, precarização da educação, desigualdade.

Resumo:

Na realidade brasileira são poucos os estudos sobre Educação Social, entre outros motivos, pelo não reconhecimento da categoria profissional “educador/a social”, apesar da relevância desse campo do saber na promoção da emancipação, autonomia e melhoria na qualidade de vida da população. Na tentativa de contribuir para superar tal realidade, temos como objetivo trazer as discussões e observações levantadas no projeto de iniciação científica “Educação Social, Escola e Direitos Humanos: registros e análises sobre a formação continuada”. O estudo usa como metodologia os conteúdos dos relatórios construídos pela bolsista acerca do curso de formação “Educação Social, Escola e Direitos Humanos”, desenvolvido pelo PCA/UEM e a CAE junto a secretarias municipais do Paraná. Em seguida, a fim de elaborar as análises e interpretações da pesquisa, foram elencadas como categorias de análise: evasão escolar, sucateamento da educação, violação de direitos e desigualdade social. Nesta ocasião abordamos apenas as discussões relacionadas à temática do Sucateamento da educação. Os resultados apontam as violações de direitos que atravessam a vida de crianças e adolescentes brasileiros e o modo como a Educação Social pode incidir sobre a problemática em questão.

Introdução

O presente estudo tem como objetivo elucidar as compreensões obtidas ao longo do projeto de iniciação científica “Educação Social, Escola e Direitos Humanos: registros e análises sobre a formação continuada”. Para tanto utiliza como referencial teórico da Educação Social as produções do PCA/UEM. Nessa perspectiva, a Educação Social pode ser definida como um campo do saber que se propõe a desenvolver estudos e atividades de caráter lúdico-político-pedagógico, com fins de possibilitar aos indivíduos o acesso às produções culturais de seu tempo. Além disso, considerando que vivemos em um sistema que produz e reproduz opressões, injustiça social e desigualdades, a Educação Social pode incidir sobre a realidade, promovendo, por meio de suas práticas, uma sociedade pautada nos princípios de justiça social e da vida solidária em comunidade. A Educação Social, visa ainda que os sujeitos sejam escutados, acolhidos e que possam se sentir integrados na comunidade e possam adotar uma postura ativa no processo de transformação de sua própria realidade (BAULI;MÜLLER, 2020).

No mesmo caminho, Müller e Bauli (2020) apontam que as práticas dos educadores devem buscar realizar ações de caráter afirmativo, desenvolver mediações e práticas de formação. Os autores afirmam ainda que o exercício da Educação Social pode abarcar diversos espaços, como por exemplo a escola. Neste trabalho, focamos as instituições de ensino em nossas reflexões.

As escolas são compostas por sujeitos com inúmeras experiências, histórias, culturas, situações socioeconômicas entre outros. Em razão disso, são diversas as questões e demandas trazidas dos alunos para educadores. Todavia, na realidade, identificam-se dificuldades da equipe pedagógica em lidar com essas diversidades. A Educação Social, nesse sentido, poderia desenvolver práticas para capacitar os profissionais da educação para o enfrentamento das dificuldades citadas (PINHEIRO, 2021).

No contexto brasileiro verifica-se que muitos dos direitos da população são frequentemente violados, muito por conta dos índices de desigualdade sócio-econômica e injustiça social, que repercutem na não garantia dos direitos no país. A Educação pautada nos Direitos Humanos pode auxiliar na elaboração de estratégias para combater essa realidade, uma vez que visa desenvolver práticas que assegurem os direitos de crianças e adolescentes (MÜLLER;BAULI,2020). Para tanto, é imprescindível que a categoria profissional Educação Social seja reconhecida, desenvolvendo cursos de formação para a área e também que os profissionais possam ser inseridos dignamente nos espaços públicos.

Materiais e Métodos

Na pesquisa utiliza-se o enfoque qualitativo fenomenológico crítico que visa desenvolver análises e interpretações acerca de aspectos sociais (TRIVIÑOS, 1987). Além disso, a fim de estruturar o estudo, a bolsista acompanhou as 13 aulas do curso de formação “Educação Social, Escola e Direitos Humanos”, desenvolvido pelo PCA/UEM e a CAE, totalizando 26 horas assistidas. O curso de formação foi desenvolvido para secretarias municipais do Paraná e foi disponibilizado na plataforma “Google Meet”. A partir das aulas ministradas foram produzidos 13 relatórios detalhados, que tinham como objetivo trazer as principais informações para construir a pesquisa. Analisando os relatórios, foram elaboradas com base em Bardin, as seguintes categorias: evasão escolar, sucateamento da educação, violação de direitos e desigualdade social. Neste trabalho, entretanto, trazemos apenas os pontos levantados na categoria “Sucateamento da educação”.

Resultados e Discussão

A educação pode ser entendida como um importante mecanismo de enfrentamento à desigualdade social, problemática muito presente no contexto brasileiro. Todavia, historicamente o recurso escolar tem sido utilizado a favor da legitimação e reprodução das desigualdades presentes no Brasil. Isso se deve a inúmeras questões que atravessam o sistema de ensino, sendo uma delas o sucateamento da educação. A educação tem sofrido uma série de cortes econômicos, do nível básico ao superior, o que reflete na falta de recursos para um ensino de qualidade. Segundo dados do 6º relatório bimestral da execução orçamentária do Ministério da Educação (MEC), só no ano de 2020 a Educação Básica obteve um dos menores

orçamentos e utilização deste nos últimos 10 anos, o que revela a falta de investimento neste âmbito (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2020).

Pouco a pouco nota-se o sucateamento do ensino, a partir do decréscimo do número de alunos matriculados na rede de ensino e também no aumento de instituições privadas de ensino no país. Percebe-se um movimento de transformação da educação em produto, resultando em transações econômicas lucrativas para empresas e na exclusão escolar de milhares de crianças e adolescentes brasileiros. Também com isso vê-se a transposição dos ideais capitalistas aos modos de fazer educação, tornando cada vez mais o processo de transmissão de conhecimentos como um produto, que visa atender as demandas do setor privado (SOUZA;MOREIRA,2020).

A transformação da educação em uma mercadoria reflete em uma série de problemáticas para os processos de ensino/aprendizado já que o ensino a partir dessa perspectiva produz indivíduos e um modelo de força de trabalho que refletem as demandas capitalistas. Como consequência, tem-se um ensino sem qualidade e que não se preocupa em formar sujeitos críticos e ativos diante da realidade. Com a ascensão dos valores neoliberais no Brasil, propaga-se a redução de custos por parte do estado, a fim de promover o “estado mínimo”. Com isso, as instituições de ensino que já apresentavam falhas em razão de baixos orçamentos passaram a ser ainda mais atingidas por políticas que impactam no desenvolvimento da educação pública no Brasil (SOUZA;MOREIRA,2020).

Sobre a temática, pode-se fazer um paralelo entre a realidade exposta nos conteúdos trazidos durante o curso de formação Educação Social, Escola e Direitos Humanos. De modo geral, as participantes apontaram a falta de estrutura mínima para atender as necessidades dos integrantes da comunidade escolar. Por exemplo, pode-se retomar a escassez de profissionais para desenvolver atividades de busca ativa, que consequentemente reflete na não identificação de fatores relacionados à evasão escolar, violação dos direitos das crianças e adolescentes e ainda incomunicação com a rede de serviços a fim de proporcionar a atenção necessária à criança e/ou adolescente. Além disso, foi identificada a carência de cursos de formação para que educadores/as consigam se capacitar constantemente e dessa forma um ensino de qualidade seja viável. Outro problema apontado foi a falta de financiamento para projetos extracurriculares que poderiam beneficiar os estudantes, como por exemplo projetos culturais. No curso ainda foram revelados obstáculos que podem ser associados a este problema como falta de recursos financeiros, escassez de suporte de outros educadores e do próprio setor público (prefeituras) para trazer atividades diferenciadas para o ambiente escolar.

Tendo em vista as dificuldades reveladas, acredita-se que a Educação Social pode participar do enfrentamento das questões relacionadas ao sucateamento da educação pública. Considerando que a Educação Social tem dentre seus fundamentos a valorização das culturas, os/as educadores/as poderiam intervir para que atividades culturais fossem integradas no contexto escolar. A área de atuação pode contribuir ainda na luta para a preservação e garantia do ensino público de qualidade, a partir da promoção e defesa de políticas públicas que visem o direito à educação. Por fim, a Educação Social pode por meio da formação política da comunidade escolar, proporcionar um espaço de discussão e

aprendizado sobre os direitos dos sujeitos, para que a comunidade possa identificar situações de violações de direitos (tanto relacionados a educação como outros) e dessa forma possa lutar por políticas que garantam escola e permanência, além de um ensino/aprendizagem de qualidade para todos/as.

Conclusões

O curso “Educação Social, Escola e Direitos Humanos” possibilitou a identificação de problemáticas presentes na atualidade, dentre elas o Sucateamento do ensino. Refletiu-se acerca da importância das práticas da Educação Social para a superação de dificuldades relacionadas à educação escolar brasileira, mais especificamente a questão do sucateamento. Acredita-se que esse campo do saber pode agir sobre a violação dos direitos humanos, já que, com a participação de educadores/as no âmbito da educação seria possível implementar políticas públicas e desenvolver mecanismos de enfrentamento do sucateamento e, por consequência, interferir para a garantia do direito à educação e de todos os outros.

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora Verônica Regina Müller, à professora Paula Natali pelo auxílio durante toda a pesquisa e a Fundação Araucária pela oportunidade de realizar este trabalho.

Referências

TRIVINÓS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas. 1987.

BAULI, R.A.; MÜLLER, V.R. Educação Social no Brasil: normatização e profissionalização. *In*: BAULI, R.A.; MÜLLER, V.R. **Educação Social no Brasil: normatização e profissionalização**. Chapecó/SC: Livrologia, 2020. cap. 1. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pca/livros/2020>. Acesso em: 18 jul. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO (TPE). **Nota técnica: taxas de atendimento escolar**. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 19 jul. 2022.

SOUZA, T.; MOREIRA, J. A. S. Políticas de privatização da educação pública e a atuação de grupos educacionais privados. **Revista Práxis Educacional**, [s. l.], 2020. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pca/livros/2020/souza-moreira-2020.pdf/view>. Acesso em: 23 ago. 2022.

PINHEIRO, F. M. M. A Educação Social em contexto escolar: uma reflexão sobre a formação. *Interação*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21237>. Acesso em: 15 jul. 2022.